

Do Lazer Convencional a Outros Entendimentos e Práticas Na Periferia de Belém (Pará – Brasil). A Educação como Prática Libertadora¹

Flavio Henrique Souza Lobato², Juliana Azevedo Hamoy³, Mirleide Chaar Bahia⁴

Resumo

Historicamente, no contexto globalizado, capitalista e eurocêntrico, foram concebidos conceitos e práticas próprios de uma concepção hegemônica de lazer. O presente trabalho objetivou analisar as experiências e os entendimentos que conduzem o lazer de uma comunidade periférica de Belém, uma cidade do Pará, uma unidade federativa do Brasil. Em um exercício do fazer etnográfico, foram realizadas conversas informais, observação participante, entrevistas semiestruturadas e anotações em caderno de campo. Entre os resultados, evidenciou-se que os moradores dessa periferia, frequentemente, associam o lazer a pelo menos cinco aspectos: 1) dinheiro; 2) tempo; 3) espaços; 4) práticas opostas ao trabalho; e 5) sentimentos, sensações ou emoções. No geral, essas e outras narrativas, em grande parte, fazem referência à lógica do lazer convencional, a qual chega numa comunidade periférica de Belém-Pará, denominada “Mata Fome”, por meio da mídia e das ações governamentais, que ditam o que é e o que não é, o que pode e o que não pode ser considerado lazer. Na contramão desse processo, a “educação libertadora”, proposta por Paulo Freire, é aqui vista como fundamental para um lazer emancipatório.

Palavras-chave: Lazer, Educação, Entendimentos, Periferia, Belém, Brasil.

1 Este artigo foi escrito em Português do Brasil.

2 Universidade Federal do Pará (UFPA).

E-mail: flaviohslobato@gmail.com | ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9368-2650>

3 Universidade Federal do Pará (UFPA).

E-mail: julianahamoy@gmail.com | ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2035-1185>

4 Universidade Federal do Pará (UFPA).

E-mail: mirleidebahia@gmail.com | ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7168-2019>

Conventional leisure to other understandings and practices in the ghettos of Belém (Pará – Brazil). Education as a liberating practice

Abstract

Historically, leisure concepts and practices were conceived in a hegemonic way within a globalised, capitalist and Eurocentric context and this established conventional understandings of what leisure would be. This work sought to analyze the experiences and understandings involving leisure in a ghetto of the city of Belém, a federative unity of Brazil. In an ethnographic exercise, informal conversations, participant observation, semi-structured interviews and field notebook annotations were used. The results showed that the residents of this ghetto often associate leisure with at least five features: 1) money; 2) time; 3) spaces; 4) practices opposed to work; and 5) feelings, sensations or emotions. These and others narratives generally make reference to the logic of conventional leisure, which reaches a ghetto community in Belém-Pará known as “Mata Fome” through the media and governmental actions dictating what is and what isn't as well as what can and can't be considered leisure. Opposed to this process, the “liberating education” proposed by Paulo Freire is perceived here as fundamental to an emancipatory leisure.

Keywords: Leisure, Education, Understandings, Ghetto, Belém, Brazil.

Del ocio convencional a otras comprensiones y prácticas en la periferia de Belém (Pará – Brasil). La educación como práctica liberadora

Resumen

Históricamente, en el contexto globalizado, capitalista y eurocéntrico, se concibieron conceptos y prácticas propios de una concepción hegemónica del ocio. El presente trabajo tuvo como objetivo analizar las experiencias y formas de comprensión sobre el ocio en una comunidad periférica de Belém, una cidade do Pará, unidade federativa de Brasil. Mediante una práctica etnográfica, se realizaron conversaciones informales, observación participante, entrevistas semiestructuradas y apuntes en un cuaderno de campo. Entre los resultados, se evidenció que los habitantes de esta periferia suelen asociar el ocio con al menos cinco aspectos: 1) dinero; 2) tiempo; 3) espacios; 4) prácticas contrarias al trabajo; y 5) sentimientos, sensaciones o emociones. En general, estas y otras narrativas remiten, en gran medida, a la lógica del ocio convencional,

que llega a una comunidad periférica de Belém-Pará llamada “Mata Fome”, a través de los medios y acciones gubernamentales, que dictan lo que es y lo que no es, lo que puede y no puede ser considerado ocio. Contrariamente a este proceso, la “educación liberadora”, propuesta por Paulo Freire, es vista aquí como fundamental para un ocio emancipador.

Palabras clave: Ocio, Educación, Entendimientos, Periferia, Belém, Brasil.

Introdução

Certa vez, em um ponto de ônibus, comentando rapidamente com uma moradora da comunidade sobre a minha pesquisa, a seu pedido, ao mencionar a palavra “lazer”, inesperadamente, recebi como resposta: – *Que lazer? Aqui não tem nada!*

O excerto ora apresentado, decorrente de uma incursão etnográfica na periferia da cidade de Belém, desvela que, historicamente, foi atribuída uma concepção hegemônica ao lazer, a qual conformou compreensões convencionais do que seria, de como deveria ser, de onde e quando deveria ocorrer o lazer, bem como quem dele poderia ser beneficiário. Como resultado, no senso comum das mais diversificadas sociedades, enraizaram-se entendimentos que ajudaram a definir quais os espaços/tempos seriam legítimos de se vivenciar essa necessidade humana (Lobato, 2021). Como tela exemplar desse contexto, a pesquisa “Lazer no Brasil: representações e concretizações das vivências cotidianas”, organizada por Stoppa e Isayama (2017), identificou que a viagem foi a prática de lazer mais almejada entre os participantes (Bahia & Brito, 2017).

No Brasil, a conformação desses entendimentos acompanha a história sobre a chegada dos portugueses às “terras *tupiniquins*”⁵. Assim, a partir do final do século XV, as práticas desses imigrantes europeus foram impostas aos nativos e aos negros escravizados, criando um ideal de vida eurocêntrica que, ao ser cristalizado no decorrer dos últimos séculos, foi legitimado social, econômica e culturalmente como um exemplar civilizatório, logo, superior ao modo de vida nativo – considerado

5 Segundo Barcellos (2009), o termo “*Tupiniquim*” advém do tronco linguístico Tupi-Guarani. O verbete *Tupin-i-ki*, nome Tupi, quer dizer “Tupi do lado” ou “vizinho lateral”. A literatura que se debruça sobre o tema afirma que os Tupiniquins integram a família Tupinambá, o povo indígena que estabeleceu os primeiros contatos com os portugueses quando chegaram ao território brasileiro.

“primitivo”, “selvagem” e “atrasado”⁶ (Nascimento, 2018). Com efeito, no processo de estruturação urbana das cidades brasileiras, o ideário de civilidade europeia foi materializado a partir da construção de praças, casarões, teatros, cinemas, jardins etc., bem como da importação de determinados costumes e comportamentos (Bahia, 2012; Dias, 2016; Matos, 2010; Pinheiro et al., 2020; Santos, 2010). Esse contexto histórico foi vivenciado em várias cidades do Brasil e, por conseguinte, na cidade de Belém do Pará (PA), situada na região norte do Brasil, onde a presente pesquisa foi realizada.

Entre o final do século XIX e início do século XX, essa capital amazônica passou por processos de produção da cidade em direção à modernidade. Tal reestruturação foi decorrente de movimentações financeiras oriundas do ciclo econômico da borracha, o qual contribuiu para a inserção da Amazônia no sistema capitalista mundial. As transformações urbanas desse período conhecido como *Belle Époque*, porém, não se restringiram às modificações na paisagem da cidade, estenderam-se aos comportamentos da população (Rocque, 1996; Sarges, 2010). Desse modo, a cultura e o lazer próprios dessa cidade passaram a sofrer alterações e, muitas vezes, foram silenciados, negados, suprimidos e substituídos por lógicas dominantes.

Na atualidade, a dinâmica de um “lazer convencional” tem sido catalisada com o advento de processos como a globalização e as inovações tecnológicas, uma vez que o capital tem se utilizado dos meios de comunicação (e dominação), como a televisão e a *internet*, para reproduzir e reafirmar uma certa concepção hegemônica, seja por meio de padrões estéticos, seja a partir de padrões comportamentais (Werneck & Isayama, 2001). Nas novelas, nos comerciais e nos seriados, por exemplo, o lazer é normalmente associado a peças teatrais, concertos e espetáculos. Contemporaneamente, as mídias e redes sociais alimentam a vontade incessante por festas, viagens e cruzeiros para desfrutar de experiências de lazer “*instagramáveis*”⁷. Tais

6 Para Nascimento (2018), “[...] as identidades étnico-raciais, que se emergiram com o colonialismo, foram subalternizadas precisamente por terem sido performaticamente instituídas como presas ao passado em relação ao conquistador europeu. Para justificar a violência colonial, foi preciso inventar o *Outro* como sendo o bárbaro, o primitivo, o selvagem e atrasado em relação à experiência moderna. Eram essas condições do *Outro* as próprias justificativas para a violência colonial implementada em forma de cristianização, civilização, desenvolvimento e progresso” (p. 1415).

7 O termo “*instagramável*” se configura como um neologismo criado, contemporaneamente, para designar características estéticas e comportamentos de usuários das redes sociais, especialmente, o *Instagram*. Aquilo que é ou deixa de ser “*instagramável*” é decidido e legitimado pelos “produtores de conteúdo” ou “influenciadores digitais”. Dessa forma, são comportamentos, ambientes e estéticas construídos, intencionalmente, para serem registrados em fotos e em vídeos que demonstram o ideal de vida feliz. Para Salazar (2017), “[...] o *instagramável* talvez esteja no limite entre uma cultura visual e um ‘estilo de vida’, já que suas tendências surgem a partir das referências visuais existentes, mas também pautam tendências e modas fora de seus mundos-mosaicos” (p. 13).

instrumentos, portanto, tentam construir uma visão pautada em modelos limitados de lazer e de cultura (Lobato, 2021).

Diante disso, não raro, as populações da periferia não conseguem, por vezes, reconhecer o lazer em suas práticas e seus espaços cotidianos, como bem demonstra o discurso da moradora de uma comunidade periférica de Belém-PA, citado no início desta introdução. Desse modo, nota-se que a compreensão, o desejo e a luta pelo direito ao lazer são, com frequência, circunscritos a determinadas formas legitimadas social e economicamente como lazer. Ao considerar que muitos moradores de comunidades periféricas – mas nem todos – estão submersos nesses processos, reproduzindo e praticando discursos hegemônicos (consciente ou inconscientemente), este estudo objetivou analisar as experiências e os entendimentos que conduzem o lazer de uma comunidade periférica de Belém-PA.

Para o alcance deste objetivo, metodologicamente, a partir de uma abordagem qualitativa, foram utilizadas as técnicas de pesquisa bibliográfica, documental e de campo. Esta última se caracteriza em um exercício do fazer etnográfico, de modo que foram realizadas conversas informais, observação participante, anotações em caderno de campo e entrevistas semiestruturadas junto a moradores da Comunidade do “Mata Fome”. Faz-se importante saber que um dos autores também é residente da comunidade, vivenciando em seu cotidiano muitas das perspectivas aqui apresentadas. Assim, oportunamente, esta comunidade periférica foi escolhida como lócus de investigação.

A orientação teórica que guia este estudo está amparada, sobretudo, na noção de “lazer convencional”, proposta por Lobato (2021), que o entende como um lazer recriado e fetichizado pelo capital, que é promovido pela mídia e legitimado oficialmente em diferentes governos, determinando hegemonicamente o que é ou não lazer, assim como deslegitimando lazeres que fogem de seu enquadramento. Tal processo “aprisiona” a população em uma lógica de mercado (Werneck & Isayama, 2001), pois passa a ver o lazer como mercadoria: com mero valor de troca, não de uso. Mascarenhas (2004, 2005) trabalha essa perspectiva a partir da noção de “mercolazer”⁸.

8 Na perspectiva do capital, “[...] os bens e serviços de lazer tornam-se acessíveis apenas para uma minoria, apresentando-se como um tipo muito específico de propriedade. Somente de posse deste ‘direito’, adquirido numa relação de compra e venda efetuada no mercado, nem sempre de modo direto, que o cidadão consumidor, como ‘proprietário’ pode valer-se do direito ao consumo, usufruindo, desfrutando, fruindo ou gozando de um determinado complexo de experiências lúdicas proporcionadas por aquilo que doravante convencionaremos chamar por ‘mercolazer’, forma contemporânea e tendencial de manifestação do lazer como mercadoria” (Mascarenhas, 2004, pp. 79-80).

Ademais, se utiliza a obra de Paulo Freire (1967, 2005) para entender que a população, muitas vezes oprimida pela lógica dominadora, busca, em processos educativos informais ou não formais, refletir sobre o seu contexto, ter autonomia e se emancipar, como forma de resistência, a fim de alcançar a liberdade de ter o lazer que, de fato, lhe é seu e dos seus, em suas próprias produções sociais. Logo, optou-se por uma abordagem que defende a emancipação e a liberdade do indivíduo sobre os seus tempos/espacos de fruição da cultura e, conseqüentemente, do lazer.

Belém e o lazer “para ver e ser visto”: A constituição do lazer convencional em uma cidade amazônica

A cidade de Belém do Pará foi fundada em 12 de janeiro de 1616 por Francisco Caldeira Castelo Branco. Essa é a história narrada: “a descoberta” “épica e pacífica” de um território onde habitavam, precedentemente, populações originárias. Em seus mais de 400 anos, de pequena Aldeia, Belém tornou-se a “*Paris N’América*”, cidade marcada pelo requinte e pela modernidade, a “Cidade Morena”, a “Cidade das Mangueiras” e a “Cidade das Águas”, pois é rodeada por matas e serpenteada pelas águas, dispondo de um mosaico de múltiplas culturalidades que marcam a região amazônica.

Na atualidade, situada na região norte do Brasil, Belém do Pará é conhecida como “Metrópole da Amazônia”, uma vez que perpassou por processos históricos de colonização, urbanização e modernização territorial. Ademais, em razão do acesso que possibilita aos visitantes, é também considerada o “Portão de entrada da Amazônia”. No entanto, esses processos têm algo em comum: as desigualdades, as invisibilidades e os silenciamentos sofridos pelas camadas populares, os quais desenham um espaço urbano marcado por um sincretismo acultural – caracterizado pela imposição de ideais do capital sobre as lógicas e as dinâmicas tradicionais. Nesse panorama, a cidade foi perfilada, de um lado, por experiências da “civilidade”, que se definiam socialmente como opções únicas de lazer e, de outro, pelas demais manifestações e práticas culturais marginalizadas e deixadas à margem (Dias, 2016; Lobato, 2021; Matos, 2010; Pinheiro et al., 2020).

Entender esse processo requer, antes, retomar a história. Assim, no período conhecido por *Belle Époque*, propiciado pelo ciclo econômico da borracha, a produção social das cidades e, em particular de Belém, teve nuances que se caracterizaram pelo que Sarges (2010) denominou de “[...] obsessão coletiva da nova burguesia” (p. 20), a qual estava ancorada na intenção de se tornar e se mostrar como cidade

símbolo do progresso. Para tanto, era preciso destruir, negar, esconder e silenciar, na cidade, as práticas e os costumes considerados feios, promíscuos, imundos e que causavam desordem, para seguir, então, os princípios de civilidade das cidades europeias (Dias, 2016, cit. por Sarges, 2010).

No que tange ao lazer, nas centralidades socialmente construídas, por meio de interesses políticos e econômicos, os estudos de Bahia (2012), França (2018) e Santos (2010) apontam que o projeto de desenvolvimento urbano, capitaneado pelo intendente Antônio Lemos, foi inspirado na cidade de Paris do século XIX, refletindo também nos espaços e nas práticas sociais de lazer de Belém. Rocque (1996) destacou em suas pesquisas que os ideais norteadores desse projeto urbanístico, que focalizou as áreas centrais da cidade, priorizavam as concepções de higienização, de saúde, de facilidade de circulação, de conforto e de vocação para o lazer. Desse modo, nessa época, foram criados, reorganizados e reabertos diversos espaços voltados, especificamente, para o lazer da cidade (apenas de uma minoria, a classe dominante), entre eles: o Bosque Rodrigues Alves, o Theatro da Paz, os cafés, as casas de espetáculo, a Praça Batista Campos, a Praça da República e diversos outros espaços (Bahia, 2012).

Dalva Santos (2010) destaca que os investimentos permitiram que a vida social da cidade fosse mais agitada, sendo comum, no entretenimento da *Paris N'América*, apresentações de “[...] grandes companhias de teatro, da música e da dança internacionais na agenda do Theatro da Paz, assim como o incentivo pelo poder público municipal de manifestações culturais como os cortejos carnavalescos na Praça da República” (p. 88). Nessa época, a elite da cidade tinha preferência pela realização de passeios nas praças (Figura 1), a fim de buscar demonstrar e (re)afirmar seu status, em que a lógica do lazer era norteada pela máxima “para ver e ser visto” (Bahia, 2012, p. 84).

Nesse sentido, percebe-se que a utilização da cidade de Belém para o lazer foi, historicamente, envolta por segregações, considerando os modos como as distintas classes sociais experienciaram o lazer e as formas de sociabilidade. Dias (2016), Matos (2010), Pinheiro et al. (2020) e Sarges (2010), bem como outros autores, demonstram como as programações culturais e eruditas, assim como os belos espaços – particulares ou ao ar livre – foram projetados para atender à nova classe burguesa, desconsiderando as práticas de outras classes sociais.



Figura 1 – Rua João Alfredo, paisagem urbana de Belém (1890)
Fonte: Belém da Saudade (Belém, 1998, p. 75).

Atualmente, no início do século XXI, as diferenças no acesso ao lazer em Belém ainda persistem e são envoltas por exclusões, que foram intensificadas por processos globalizadores e remodeladores mais recentes (Pinheiro et al., 2020). Dessa maneira, percebe-se que os espaços convencionais de lazer, como teatros, cinemas, *shoppings* etc. (Figura 2), estão situados nas proximidades das classes com significativo poder aquisitivo – exatamente por esse motivo, tais espaços foram construídos em áreas consideradas centrais ou estratégicas (Bahia, 2012). A existência desses espaços reforça também a imposição de uma cultura eurocêntrica, que simbolicamente se materializa em objetos e em construções presentes: grandes áreas de jardins, alguns monumentos como pontes, lagos, coretos etc.

Outro aspecto a ser considerado como ponto de reflexão sobre as praças é o de que estas, ao que parece, são caracterizadas como um tipo de espaço convencional de lazer, sendo benquisto por todas as classes sociais (mesmo considerando a falta de acessibilidade em alguns casos). Conquanto se tenha citado apenas o caso das praças, essa é uma perspectiva que permite refletir sobre como foram impostas compreensões dominantes sobre diferentes práticas sociais, as quais têm ditado como e em que espaços/tempos o lazer deve ser vivenciado. Diante disso, a população periférica, por vezes privada de frequentar esses locais, todos os dias produz novas formas de vivenciar espaços/tempos de lazer e de socialidade, mesmo diante de constantes ações de apagamentos e silenciamentos.



Figura 2 - Vista panorâmica do centro da cidade de Belém (PA)
Fonte: Autores (2019).

Entendimentos e experiências que conduzem o lazer na periferia de Belém (Pará) – Resultados

- Que lazer? Aqui não tem nada!

Pensar nessa afirmação, vinda de não apenas uma moradora, mas também de vários participantes da pesquisa, permitiu refletir sobre o que estava por trás desse pensamento tão comum na comunidade, seja explícita ou implicitamente. Com o adensamento das leituras do Campo de Estudos do Lazer, porém, concluiu-se que: “É, de fato, não há esse lazer ali”. E quando se fala “esse lazer”, se faz alusão ao lazer considerado hegemônico, o qual normalmente é fruto das manobras do capital e está mais presente nas áreas consideradas centrais ou estratégicas da cidade. Nesse sentido, convém pontuar que a comunidade estudada se encontra fora do alcance dessas áreas de interesse do mercado e de várias gestões governamentais, pois está situada em uma área de expansão urbana do município de Belém-PA. Logo, essa comunidade é perfilada pela ausência e/ou pela deficiência de políticas públicas de lazer, assim como de inúmeros outros direitos sociais fundamentais, sendo fortemente expressa pela pobreza, violência e exclusão social.

De posse dessas importantes compreensões, a partir de então, a forma de ler e de analisar o lazer da comunidade passou a (des)considerar essa perspectiva hegemônica e a procurar por outras que estavam ali, não precisamente escondidas, apenas invisibilizadas por um olhar e uma concepção convencional de lazer. Desse

modo, mesmo prevendo as respostas dos interlocutores, aplicou-se um roteiro de entrevista com perguntas mais gerais, com o objetivo de revelar um pouco mais sobre quais as compreensões e as experiências que conduziam os entendimentos da comunidade sobre o lazer.

Como era de se esperar, durante as entrevistas, quando foi questionado: “O que você entende/considera como lazer?”, as respostas, frequentemente, associaram-se, pelo menos, a cinco aspectos: 1) dinheiro – somente pode usufruir do lazer quem pode pagar por ele; 2) tempo – quem não trabalha ou não tem uma rotina muito cansativa consegue ter tempo para o lazer; 3) espaços – praças, orla, parques de diversão, cinema, *shopping* etc. foram apontados como sinônimos de lazer; 4) práticas opostas ao trabalho – descanso, repouso, ficar em casa sem fazer nada, viajar, jogar futebol etc.; e 5) sentimentos, sensações ou emoções – diversão (ou divertimento), alegria, felicidade, satisfação etc., conforme exemplificam os relatos a seguir.

A palavra lazer é pra ti poder sair, se divertir. Ter dinheiro pra você comprar algumas coisas e passear pra lugares onde você quiser ir. [...] Uma praia bonita, mas requer dinheiro. Se você tem dinheiro, você não vai (Informação verbal).

Lazer. É, deixa eu falar. Assim. Na minha opinião, lazer quer dizer que quando você sai de uma rotina conturbada de trabalho, você vai pra outro local curtir. Digamos, férias, folgas, feriados. Você sempre escolhe um lugar aconchegante, um lugar mais leve. Éééé onde você vai aproveitar o seu dia ou seus dias. Sem preocupação. Acredito que o lazer, a gente vai praquele lugar pra ser abster de preocupações, vai ali pra aproveitar, pra curtir o momento (Informação verbal).

Lazer é você ter dinheiro pra passear, ter como se divertir. Eu gosto muito de sair, ir pra orla, parque, cinema só quando dá. Eee, assim, me divertir quando dá. Depois de trabalhar tanto, a gente precisa arrumar um tempo e também um dinheirinho pra ir numa praça, lanchar, né?! Pra mim, é uma satisfação ter esses momentos (Informação verbal).

É você não fazer nada, né?! Ficar só na “manha”. Descansar, relaxar um pouco, viajar. Se divertir sem esquentar a cabeça com nada. Mas tem que ter dinheiro, né?! Se tu não tem dinheiro, tu não faz nada. Pra sair de casa, pra ir pra uma praça, só pra sair de casa, tu já tá gastando (Informação verbal).

No geral, essas e outras narrativas, em grande parte, fazem referência à lógica do “lazer convencional”, a qual chega à Comunidade do “Mata Fome” por meio, sobretudo, da mídia, das redes sociais e das ações governamentais de algumas esferas partidárias que, por diversas vezes, tentam moldar a compreensão de mundo

da população. Assim, a população acaba sendo “ensinada” por intermédio desses instrumentos de formação e de dominação sobre o que é e o que não é, o que pode ou não ser considerado lazer.

Essa noção restrita de lazer, contudo, tem sido incorporada no senso comum ainda nos primeiros anos da vida escolar. Ao abrir os livros didáticos, por vezes, as crianças de comunidades da periferia de Belém não conseguem reconhecer espaços, práticas e manifestações culturais que fazem parte de seu cotidiano. Em novelas, comerciais, desenhos e seriados, segue-se a mesma dinâmica: peças teatrais, concertos e espetáculos de balé ajudam a construir uma visão, hegemonicamente, pautada por modelos limitados de lazer e de cultura. Desse modo, o lazer é, comumente, entendido como sinônimo de esportes, de praças, de praias, de parques e de outros espaços e práticas convencionais, que seguem modelos geralmente copiados de outros países e/ou de outras regiões do Brasil, desconsiderando o contexto regional e a realidade da cultura local (Lobato, 2021).

Como reflexo desses entendimentos, outra questão que chamou bastante atenção foi a utilização do verbo **sair** associado ao lazer. Como na visão de muitos não há lazer na comunidade, se tem o constante desejo de sair dela para buscar as possibilidades disseminadas na televisão e na *internet*. Por esse motivo, aqueles que podem e conseguem, saem da comunidade para bairros próximos ou distantes, com o objetivo de acessar praças, orlas, casas de show, *shoppings* e, esporadicamente, cinemas. Há, também, aqueles que se deslocam para as ilhas próximas, como Combu, Outeiro, Mosqueiro e Cotijuba, e para os balneários em outros municípios - normalmente, por meio de passeios conhecidos como “piqueniques”, que serão melhor descritos mais à frente.

À vista disso, ao fazer perguntas, como: “O que você acha das práticas de lazer aqui na comunidade?”, com frequência, os interlocutores mencionaram o mesmo que outros moradores haviam apontado antes: “Não existe [prática de lazer] porque não tem um espaço, uma praça, nada que o jovem possa ocupar a sua mente” (Informação verbal); “Nenhuma. Nenhuma [prática de lazer], porque não tem lugar pra fazer exercício. Você só faz exercício se for de caminhada ou der conta de pagar uma academia” (Informação verbal). Novamente, percebe-se que tais entendimentos estão associados à compreensão hegemônica do lazer convencional.

Nessa direção, quando se indagou: “O que você acha que pode melhorar o lazer aqui na comunidade?”, as respostas também não surpreenderam. Os relatos, pois, focalizaram no desejo por praças com brinquedos, como pode ser observado a seguir: “Se tivesse uma praça, alguma coisa pros jovens se ocupar, eles não estavam fazendo besteira” (Informação verbal); “Aqui na Comunidade Bom Jesus, uma praça, né?!,

uma pracinha com brinquedos pra crianças, que não tem, que só tem no Cordeiro de Farias. E mais uma coisa, às vezes, você quer tomar um sorvete, sorveteria, né?! Essas coisas não têm de lazer, seria essencial" (Informação verbal). Outra demanda almejada pela população para "melhorar o lazer" na comunidade seriam as academias ao ar livre, com aparelhos para exercícios físicos: "E também uma academia ao ar livre, que, às vezes, tu não tem dinheiro pra pagar uma academia. Então, todo mundo ia lá se exercitar" (Informação verbal).

Portanto, ao se considerar essa construção social do que é lazer, de fato: "não há lazer" na Comunidade Bom Jesus I, nem em muitas outras periferias no Brasil. Não essas práticas de lazer que, historicamente, foram apropriadas pelo capital e transformadas em mercadoria, veiculadas pela mídia e institucionalizadas em governos como únicas e exclusivas possibilidades de usufruir dessa dimensão da cultura. Evidentemente, essa visão particularizada é preocupante, pois ela impossibilita que a população reconheça, frequentemente, muitas de suas criações e manifestações, assim como de seus espaços como oportunos para o lazer. Nesse contexto, esses lazeres podem ser percebidos como "invisibilizados", uma vez que são produzidos, reproduzidos produtos da realidade cotidiana, embora nem sempre sejam reconhecidos como tais. Essas situações são também acobertadas em decorrência de seu caráter informal e de suas digressões aos processos, moralmente, aceitos e, monetariamente, incentivados (Lobato & Bahia, 2021).

Soltando as amarras do lazer convencional: A educação como prática libertadora – Discussões

Como externalizado precedentemente, as práticas de um "lazer convencional" na cidade de Belém foram, historicamente, influenciadas por padrões hegemônicos e eurocêntricos. Nos dias atuais, a dinâmica desse lazer em específico tem reverberações nas vivências e/ou nas formas de fruição dessa necessidade humana. Ao realizar uma alusão à crítica de Paul Lafargue (2005), em "O Direito à Preguiça", observa-se que alguns indivíduos – que estão na condição de oprimidos, de subalternos ou de alienados pelo capital – tendem a advogar (consciente ou inconscientemente) por um lazer que originalmente não é seu, mas que foi imposto pelo outro – o opressor, o colonizador.

Na sociedade atual, caracterizada pelo meio técnico-científico-informacional (Santos, 2008), as pessoas desempenham um papel de influenciadores diretos na manutenção e na ruptura de padrões sociais. Nessa conjuntura, na rede informacional

e midiática on-line, que dinamiza e é dinamizadora da globalização⁹, as ideias podem ser compartilhadas e debatidas, ocasionando em uma identificação por categorias sociais. Tal contexto, todavia, embora permita a propagação de novas perspectivas para a consciência social, como elementos de resistência, pode contribuir (seja explicitamente, seja implicitamente) com a massificação e a alienação do pensamento – o qual funciona como mecanismo de contenção da liberdade do indivíduo. Assim, as compreensões hegemônicas de lazer são disseminadas estrategicamente para criar mercadorias e, paralelamente, “escravos” delas.

Com a dinâmica acelerada das rotinas das cidades, juntamente com o “bombardeio” de informações difundidas pelos meios de comunicação, é comum que as pessoas “não tenham tempo”, interesse e/ou senso crítico para refletir sobre como as informações lhes chegam. Cumpre pontuar que esse cenário é marcado pela dualidade de tempo de trabalho e tempo de não trabalho, de modo que, com o estresse gerado pelas atividades laborais, os outros momentos da vida são, comumente, direcionados à recuperação de forças para o retorno ao trabalho, como forma compensatória. A liberdade de viver a vida fica limitada tanto pelo tempo “livre” escasso, quanto pelo excessivo cansaço mental.

Diante desse panorama, segundo Custódio et al. (2009), não se pode negar que o lazer tem sido utilizado sob perspectivas funcionalistas, ora como compensação, ora para o controle social. De acordo com Mascarenhas (2005), em certa medida, o lazer passou a contribuir com o objetivo de controlar os ânimos e evitar tensões sociais. Mais que isso, o lazer, sobretudo o convencional, está também inserido no mercado de bens e serviços da denominada Indústria Cultural. O termo “indústria cultural” foi cunhado, debatido e caracterizado pelos pensadores da Escola de Frankfurt (Adorno & Horkheimer, 1985) como uma (re)produção capitalista da cultura para atender as massas e, a partir dessa mercantilização da cultura, destruir a capacidade crítica e a autonomia das pessoas¹⁰. Nessa esteira, a “indústria do entretenimento” pode ser concebida como uma “(re)produção capitalista do lazer” para atender pseudonecessidades criadas pelo próprio capital.

9 O processo de globalização, desde os anos de 1970, acaba por acelerar fluxos e laços entre nações, aumentando o alcance e os ritmos de integração global, que se reverbera numa certa compressão espaço-tempo e nas identidades nacionais e outras identidades locais “[...] de forma que se sente que o mundo é menor e as distâncias mais curtas, que os eventos em um determinado lugar têm um impacto imediato sobre pessoas e lugares situados a uma grande distância” (Hall, 2006, p. 69).

10 O espectador não deve ter necessidade de nenhum pensamento próprio, o produto prescreve toda reação: não por sua estrutura temática – que desmorona na medida em que exige o pensamento – mas através de sinais. Toda ligação lógica que pressuponha um esforço intelectual é escrupulosamente evitada. Os desenvolvimentos devem resultar tanto quanto possível da situação anterior, e não da ideia do todo (Adorno & Horkheimer, 1985, p. 128)..

Nesse sentido, o capital, ao conceber o lazer como uma oportunidade de mercado, se apropriou de algumas práticas e de alguns espaços e equipamentos específicos para vendê-los como mercadoria: o “mercolazer”, como diria Mascarenhas (2005). Com efeito, segundo Lobato (2021), ao longo das últimas décadas, foram concebidos conceitos, espaços, equipamentos e práticas próprios de um lazer previamente “pronto”, que impõe às mais diversas sociedades que apenas certas formas de vivenciar o lazer seriam legítimas. Essa compreensão se encontra tão enraizada no imaginário popular que muitas pessoas são norteadas por ela e a reproduz inconscientemente. Não obstante seja alienante, esse lazer é permeado por agenciamentos e por resistências de grupos subalternizados ou oprimidos.

Diante disso, é primordial analisar a dinâmica desse lazer hegemônico a partir de uma reflexão crítica, que seja capaz de identificar suas “manobras” e, concomitantemente, os movimentos a ele contrários – os quais se desvelam nas res-existências, nas transgressões e/ou nos processos de emancipação cotidianos de grupos minorizados, sob a forma de práticas não convencionais. Nessa perspectiva, por entender que o lazer figura como um direito social e uma necessidade humana, que se conforma sob a dimensão da cultura (Gomes, 2014), a busca por soltar “as amarras” ou “a venda” desse lazer mercadológico está na articulação com a educação – seja na perspectiva de Marcellino (1987), “da educação pelo e para o lazer”, seja na visão de Mascarenhas (2005), com o “lazer-educação”.

No âmbito dessa discussão, inspirado também na obra do educador brasileiro Paulo Freire, Mascarenhas (2004) propõe a “lazerania” como uma conquista necessária e em constante construção, com vistas à superação das “amarras” do capital sobre o direito ao lazer. Para o autor mencionado, a “lazerania” somente seria conquistada a partir de uma educação dialógica capaz de possibilitar a conscientização dos envolvidos sobre “o seu estar no e com o mundo”. Nas palavras de Mascarenhas (2005):

A lazerania tem como objeto central de preocupação, portanto, a educação, sempre buscando proporcionar meios e condições aos sujeitos que de seu exercício tomam parte para refletirem sobre suas condições de vida e sobre a sociedade mais ampla na qual estão inseridos, possibilitando-lhes não só o acesso, mas o entendimento do lazer como manifestação de uma cultura e como possível instrumento de ligação com sua realidade. (p. 255)

A “lazerania” também preconiza, conforme Mascarenhas (2004, 2005), o entendimento sobre direitos e deveres, com incentivo à participação e à organização coletiva, na busca de garantir a reflexão sobre as relações de poder. É, portanto, uma tentativa de entender o lazer “[...] como uma manifestação de uma cultura e como

possível instrumento de ligação com sua realidade” (Mascarenhas, 2005, p. 160). Dessa maneira, para a conquista da “lazerania”, as relações, estabelecidas entre lazer e direito social, devem traduzir a qualidade de uma sociedade cujo acesso ao lazer (não apenas o convencional) “[...] tem seu reconhecimento alicerçado sobre princípios como planificação, participação, autonomia, organização, transformação, justiça e democracia, deixando de ser monopólio ou instrumento daqueles que concentram o poder econômico” (Mascarenhas, 2004, pp. 74-75).

Nesse panorama, Freire (2005) relembra que a vida em sociedade se constitui em classes, as quais são guiadas pela classe considerada dominante, na perspectiva constante de atender seus próprios interesses, a partir da subordinação das classes mais pobres e menos escolarizadas. É essa classe dominante, portanto, que tenta ditar cotidianamente o que deve ou não ser considerado lazer, a partir do consumo de práticas do “mercolazer” (Mascarenhas, 2005).

Ao seguir esse entendimento, Freire (2005) traz a concepção da “educação libertadora”, na qual, ao se compreender enquanto ser oprimido, o sujeito inicia o processo de se libertar dessa dominação da consciência alienada e submissa, bem como pode caminhar para se tornar um sujeito crítico e reflexivo. No entender desse autor, é a partir do processo de formação de uma consciência crítica que se reconhece a realidade em que se vive, para então serem possíveis mudanças reais. Assim, a educação possibilita que o sujeito, a partir de uma construção crítica, possa escolher e fruir o lazer que realmente almeja. Para Stigger (2009), as próprias atividades de lazer compõem “[...] os processos socioeducativos que ocorrem na vida cotidiana e, por essa razão, sempre educam” (p. 73). Logo, por meio do lazer e de seu aspecto socioeducativo, é possível alçar transformações sociais emancipatórias.

Para pôr em prática essa mudança de paradigmas, esse educador apostou em um método pedagógico baseado no diálogo. Para ele, os indivíduos não apenas estão no mundo, mas com o mundo e pelo mundo, bem como são pessoas condicionadas, e não determinadas (Freire, 2005). O ser humano, pois, por ser sujeito socialmente histórico, estabelece relações com outros sujeitos, padrões de comportamento e saberes, que vão mudando no decorrer do tempo, podendo então internalizar e modificar os modelos aceitos por uma cultura (Delors, 1996). A possibilidade de transformação da realidade opressora e exploradora é, por assim ser, a mesma possibilidade dialética que guia a história, produzindo novos meios de viver e de sobreviver. Dessa maneira, a sociabilidade (Simmel, 2006), inerente a diferentes práticas de lazer, é elementar para a conformação de um pensamento crítico, uma vez que, no decorrer desses processos interativos, o indivíduo afeta e é afetado pelo outro e com o outro.

Freire (2005) destaca a importância dos educadores para a mudança desse quadro, de modo que, a partir de um diálogo, seja possível vislumbrar mudanças. Nesse ponto, a “educação libertadora” tem o papel substancial para desenvolver uma consciência crítica, a fim de se distanciar do modelo intitulado por Freire (2005) como “educação bancária”¹¹. No âmbito do lazer hegemônico, a intenção desse modelo de “educação bancária” é inibir, por meio de processos de adaptação, a capacidade de pensar livremente dos oprimidos, para além das possibilidades de lazer que lhes são apresentadas convencionalmente nos livros didáticos. Como resultado, a aceitação (in)consciente dessas condições de lazer, sem questionamentos, cria um ambiente mais favorável para a prática da opressão do lazer mercadológico.

O ensino, portanto, deve ser pautado na busca pela liberdade de ter “o lazer que queremos”, pois “[...] na medida em que, servindo à libertação, se funda na criatividade e estimula a reflexão e a ação verdadeiras dos homens sobre a realidade” (Freire, 2005, p. 101). A liberdade aqui apontada não se limita à construção do conhecimento disciplinar, mas sim associado à realidade dos educandos. Assim, a liberdade para o lazer deve considerar não apenas o direito de acesso às práticas e aos espaços convencionais, mas também o reconhecimento e a legitimação daquelas práticas e daqueles espaços que fazem parte do cotidiano dos moradores da periferia.

Destarte, o processo de educação se mostra basilar para o entendimento de que as práticas de lazer, independentemente de seus contextos e praticantes, são, antes de tudo, a busca pela satisfação pessoal. A resistência é não apenas pela liberdade de praticar o lazer, mas pela liberdade de escolher qual lazer se quer, e não o que se tem “disponível” e/ou “acessível”. Ter a crítica aos modelos hegemônicos de lazer significa, a partir da educação crítica e reflexiva, que outras práticas sejam validadas, tanto pela sociedade quanto pelo setor público. A educação para a prática da liberdade (Freire, 1967) no lazer é, à vista disso, uma tentativa de mudar as noções tradicionais cristalizadas, em uma perspectiva na qual os usuários possam decidir e direcionar, de forma consciente e autônoma, quais os espaços e as práticas de lazer deveriam ser vivenciados em seus bairros.

Para se vislumbrar a democratização do lazer e, de forma mais ampla, “o direito à cidade” (Lefèbvre, 2001) é necessário aguçar o olhar, haja vista que:

Na base econômica do “tecido urbano” aparecem fenômenos de uma outra ordem, num outro nível, o da vida social e “cultural”. Trazidas

11 Segundo Freire (2005), essa educação se configura como uma prática de ensino baseada no “depósito de conhecimento”, no qual o saber é colocado como uma doação dos que se julgam sábios aos que a escola julga não saberem nada. Esta forma de educar deve ser compreendida no contexto sócio-histórico e cultural em que é produzida, sendo este o reflexo de uma sociedade opressora.

pelo tecido urbano, a sociedade e a vida urbana penetram nos campos. Semelhante modo de viver comporta sistemas de objetos e sistemas de valores. Entre os elementos do sistema de valores, indicamos **os lazeres** ao modo urbano (danças, canções), os costumes, a rápida adoção das modas que vêm da cidade. E também as preocupações com a segurança, as exigências de uma previsão referente ao futuro, em suma, uma racionalidade divulgada pela cidade. (p. 19, grifo nosso)

A vida urbana pressupõe a existência de alguns elementos essenciais, que se traduzem nos “[...] encontros, confrontos das diferenças, conhecimentos e reconhecimentos recíprocos (inclusive no confronto ideológico e político) dos modos de viver, dos ‘padrões’ que coexistem na cidade” (Lefèbvre, 2001, pp. 22-23). Dessa forma, o espaço urbano não pode ser entendido como uma mercadoria ou mesmo como um lugar de fragmentação, pois é nele que ocorre a reprodução das relações sociais, considerando assim os espaços de lazer, os espaços educativos, os espaços da vida cotidiana de uma sociedade (Bahia, 2012).

Conclusão

Conquanto o lazer seja uma prática cultural e subjetiva, que busca o prazer e a satisfação pessoal, este não está protegido das manobras do capital. Na conformação das cidades, historicamente, é observada uma padronização na disposição das praças, dos *shoppings*, dos cinemas etc. Com efeito, em diversas cidades no mundo, incluindo Belém (PA), se constata uma concentração estratégica de espaços de lazer que tende a beneficiar, majoritariamente, os bairros e seus moradores considerados elitizados. Essa centralização, porém, para além da demarcação físico-espacial, promove barreiras simbólicas de acesso e/ou de uso por pessoas residentes em áreas mais distantes e periféricas, seja por fatores como o custo, seja pelo espaço/tempo de deslocamento demandado para acessá-los. No mais, por vezes, esses espaços de lazer, mesmo os de natureza e uso público, são concebidos como espaços simbolicamente sacralizados.

As dificuldades em acessar esses espaços de lazer não se limitam apenas à dimensão da acessibilidade, no seu sentido mais amplo, há reverberações mais profundas e cruéis nesse processo, a exemplo da forma como o lazer, seus espaços e suas práticas passam a ser lidos pela população. Como o capital insiste em invisibilizar lazeres que não estejam a ele vinculados, por vezes, a alienação dessas pessoas contribui para que elas não percebam ou reconheçam outras formas de diversão cotidiana como lazer. As mídias sociais e o setor público têm, nesse contexto, peso significativo. A *internet*,

de um lado, tem contribuído com a disseminação difusa de ideias que, carregadas de informações que embaçam o senso crítico, são propagadas com ideologias que favorecem inúmeros discursos hegemônicos sobre o lazer. O setor público, de outro lado, mesmo nos governos mais progressistas, historicamente, se mostra também conivente com essas perspectivas tradicionais, defendendo a criação de espaços e equipamentos convencionais de lazer, os quais, além de se localizarem em bairros mais centrais, também não buscam entender o cidadão como participante desse processo: ouvindo e acatando suas demandas.

Na contramão desse processo, a “educação libertadora”, proposta por Paulo Freire, é aqui vista como fundamental para um lazer emancipatório. A concepção de uma “educação libertadora”, ao compreender a importância de construção de uma consciência de classe, busca que o sujeito oprimido se torne crítico e autônomo. No caso do lazer, é buscar, a partir de um processo de reflexão crítica, que o sujeito se liberte dessas concepções convencionais de lazer que são dominantes e dominadoras, que ditam o que pode ou não ser considerado lazer, bem como beneficiam apenas aqueles que podem pagar pela sua mercadoria: o “mercolazer”.

Ao se considerar que a sociedade moderna – com a vida acelerada e o bombardeio de informações difundidas pela *internet* – tem sido permeada por lógicas hegemônicas e alienantes, conseguir perceber essas nuances sobre o lazer é complexo e desafiador. O pensamento crítico sobre a realidade é um ato de resistência em direção à emancipação, mesmo que aparentemente de modo sutil, pois traz significativas consequências à vida do indivíduo. Desse modo, quando conscientes desses processos e de suas lógicas, o indivíduo é capaz de refletir e decidir, de forma autônoma, sobre o lazer que verdadeiramente deseja.

Assim, percebe-se que na comunidade do “Mata Fome” a prática do lazer perpassa por noções tradicionais do termo, de modo que, a partir das informações dos moradores, foram identificados cinco aspectos que delinearão este estudo: 1) dinheiro; 2) tempo; 3) espaços; 4) práticas opostas ao trabalho; e 5) sentimentos, sensações ou emoções. Esses aspectos se mostraram como condicionantes *sine qua non* para o entendimento e o acesso ao que esses moradores consideram como lazer. Tais fatores apontam para uma compreensão outra que possibilite descortinar o que está por trás das falas dos informantes, os quais por vezes se guiam por noções dominantes.

Acredita-se que a educação crítica e reflexiva, em direção à emancipação, possa contribuir para que as “vendas” e/ou as “amarras” do lazer convencional sejam “soltas” ou “desfeitas”, a fim de que o indivíduo tenha liberdade para decidir sobre o seu lazer – e não apenas “escolher” entre aquelas opções que são ofertadas pelo capital

como únicas e legítimas de vivenciar esse tempo/espaço de fruição lúdica da cultura. Logo, não se busca, por meio do lazer, a liberdade. Busca-se a liberdade de ter lazer.

As reflexões oportunizadas neste estudo, certamente, são importantes para se pensar em realidades análogas, porém, como a investigação se ambientou no interior de uma comunidade periférica da Amazônia brasileira, se trata de uma realidade muito particular. Logo, não se pode pensar os conhecimentos aqui obtidos como gerais e universais, passíveis de aplicação em contextos distintos. Esta, portanto, é observada como a sua principal limitação. Concomitantemente, este texto nos mostra como existem realidades e contextos diversos, com particularidades e singularidades, os quais, à sua maneira, conformam o lazer cotidianamente. Isso posto, é necessário incentivar os(as) pesquisadores(as), que pretendem se aventurar nessa ou em outras abordagens, a considerar o lazer não apenas como um produto concebido, estático ou engessado, mas como necessidade, direito, criação, prática e/ou fazer cultural humano – sempre dinâmico, flexível, mutável, libertário e emancipador... Emancipador de pensamentos, de ideologias, de existências e, principalmente, de resistências, tal qual a “Educação Freiriana”.

Referências

- Adorno, T. W., & Horkheimer, M. (1985). *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Zahar.
- Bahia, M. C. (2012). *O lazer e as relações socioambientais em Belém-Pará*. (Tese de Doutorado em Desenvolvimento Socioambiental, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém).
- Bahia, M. C., & Brito, R. S. (2017). O lazer do brasileiro: como é vivenciado o tempo. In E. A. Stoppa & H. F. Isayama (Eds.), *Lazer no Brasil: representações e concretizações das vivências cotidianas* (pp. 95-110). Autores Associados.
- Barcellos, G. H. (2009). Território e Territorialidades Tupiniquim. *Revista em Pauta*, 6(24), 139-163. <https://doi.org/10.12957/rep.2009.524>
- Belém (1998). *Belém da saudade: a memória de Belém do início do século em cartões postais*. (2ª ed.). Secult.
- Custódio, M. L., Sousa, W. L. L. D., Mascarenhas, F., & Húngaro, E. M. (2009). O lazer e o reino da liberdade: reflexões a partir da ontologia do ser social. *LICERE*, 12(4), 1-21. <https://doi.org/10.35699/1981-3171.2009.839>
- Delors, J. (1996). *Educação, um tesouro a descobrir. Relatório para a UNESCO da Comissão Interna sobre Educação para o sec. XXI*. Cortez.
- Dias, D. D. C. (2016). Cidade e natureza: as águas relendo uma Belém da belle époque (1870 aos anos iniciais de 1910). *URBANA*, 8(2), 233-253. <http://dx.doi.org/10.20396/urbana.v8i2.8642975>

- França, J. P. (2018). *Espaços públicos de lazer e cidade: desdobramentos em Belém/PA, o caso orla portal da Amazônia*. (Tese de doutoramento, Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo).
- Freire, P. (1967). *Educação como Prática da Liberdade*. Paz e Terra.
- Freire, P. (2005). *Pedagogia do oprimido*. Paz e Terra.
- Gomes, C. L. (2014). Lazer: necessidade humana e dimensão da cultura. *Revista Brasileira de Estudos do Lazer*, 1(1), 3-20. Recuperado de <https://periodicos.ufmg.br/index.php/rbel/article/view/430>
- Hall, S. (2006). *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro, Brasil: DP&A.
- Lafargue, P. (2005). *O direito à preguiça*. [S.l.]: RocketEdition.
- Lefèbvre, H. (2001). *O direito à cidade*. Centauro.
- Lobato, F. H. S. (2021). *Matando a fome de lazer "lá no meu setor": práticas e sociabilidades na periferia de Belém (PA)*. (Tese de mestrado, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém).
- Lobato, F. H. S., & Bahia, M. C. (2021). O lazer da periferia de Belém (PA): para além do convencional e do invisibilizado. In E. Chaves, H. F. Isayama & M. C. Bahia (Eds.). *Os Estudos do Lazer, Ócio e Recreação na Iberoamérica* (pp. 207-228). Mercado de Letras.
- Marcellino, N. C. (1987). *Lazer e educação*. Papirus.
- Mascarenhas, F. (2004). "Lazerania" também é conquista: tendências e desafios na era do mercado. *Movimento*, 10(2), 73-90. <https://doi.org/10.22456/1982-8918.2841>
- Mascarenhas, F. (2005). *Entre o ócio e o negócio: teses acerca da anatomia do Lazer*. (Tese de doutoramento, Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas).
- Matos, L. S. (2010). *Belém em festa: a economia lúdica da fé no Círio de Nazaré*. (Tese de doutoramento, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo).
- Nascimento, A. M. (2018). "Se o índio for original": a negação da coetaneidade como condição para uma indianidade autêntica. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, 57(3), 1413-1442. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/tla/article/view/8653560>
- Pinheiro, W. C., Dias, D. C., Matos, L. S., & Bahia, M. C. (2020). Práticas de Lazer e Sociabilidade na Belém do Pará dos Anos de 1920. *LICERE*, 23(2), 82-111. <https://doi.org/10.35699/2447-6218.2020.21815>
- Rocque, C. (1996). *Antônio Lemos e sua época: história política do Pará*. Editora Cejup.
- Salazar, M. M. (2017). O "instagramável": estética e cotidiano na cultura visual do Instagram. In *40º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação* (pp. 1-15). Intercom.
- Santos, D. C. S. (2010). *O lazer no plano diretor das metrópoles amazônicas: um estudo comparativo entre Belém e Manaus*. (Tese de mestrado, Universidade da Amazônia, Belém).
- Santos, M. (2008). *Técnica, Espaço, Tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional*. Editora da USP.
- Sarges, M. D. N. (2010). *Belém: riquezas produzindo a Belle Époque (1870-1912)*. Paka-Tatu.
- Simmel, G. (2006). *Questões fundamentais de sociologia: indivíduo e sociedade*. Zahar.
- Stigger, M. P. (2009). Lazer, cultura e educação: possíveis articulações. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, 30(2), 73-88.

- Stoppa, E. A., & Isayama, H. F. (Eds.) (2017). *Lazer no Brasil: representações e concretizações das vivências cotidianas*. Autores Associados.
- Werneck, C. L. G., & Isayama, H. F. (Eds.) (2001). *Lazer e mercado*. Papirus.